



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

RICARDO MORAES DO EVANGELIO

ESTUDO DE CADO DO SUBPROJETO SOCIOAMBIENTAL BAHIA PRODUTIVA
COM GALINHA CAIPIRA

Cruz das Almas - BA

2019

RICARDO MORAES DO EVANGELIO

**ESTUDO DE CASO DO SUBPROJETO SOCIOAMBIENTAL BAHIA PRODUTIVA
COM GALINHA CAIPIRA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Colegiado de Graduação de Tecnologia em Agroecologia do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Agroecologia.

Orientadora Prof^ª. Dr. Tatiana Cristina da Rocha

Cruz das Almas - BA

2019

RICARDO MORAES DO EVANGELIO

**ESTUDO DE CASO DO SUBPROJETO SOCIOAMBIENTAL BAHIA PRODUTIVA
COM GALINHA CAIPIRA**

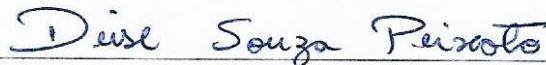
Monografia defendida e aprovada pela banca examinadora

Aprovado em 17/07/2019.



Prof (a) Dra. Tatiana Cristina da Rocha

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



MSc. Deise Souza Peixoto

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



MSc. Polianna dos Santos de Farias

Associação Humana Povo Para Povo Brasil

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus, que proporcionou,
muita luz, muita proteção, muita saúde e muita harmonia.

A minha princesa mais especial, minha mãe que motiva
minha caminhada a cada dia e aos meus irmãos
que além de motivar minha caminhada, acompanhou
e incentivou toda a jornada nos estudos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter mim dado saúde e força para superar todas as dificuldades e permitir que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida, e não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos é o maior mestre que alguém pode conhecer.

A esta universidade, e seu corpo docente, direção, administração serviços gerais, que oportunizaram no caminho do ensino superior.

A minha orientadora Tatiana Cristina da Rocha, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos e por acreditar em mim, e pelo privilégio de aceitar me orientar neste trabalho.

Aos meus avós pelo presente mais querido: mãe e pai, o tudo tanto que não encontro palavras; mas sou grato pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A Associação Comunitária de Maribondo Candéal e Maxixe, a Comunidade Rural de Maribondo e todas os agricultores e agricultoras que mim recebeu com muito carinho na realização do estudo. Sou grato!

Obrigada meus irmãos, minha sobrinha querida, e minha companheira, que nos momentos de minha ausência dedicados aos estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Aos meus amigos e parceiros que sempre mim apoiaram e ajudaram nessa caminhada.

Obrigado Jesus, sou grato a ti!

“Os agricultores familiares possuem um histórico de lutas em prol da reprodução social, intercalando contextos de privações, porém, possuem projetos de vida desafiadores, expressos na enorme vontade de permanecer na terra.”

(Ezequiel Redin)

RESUMO

Esta pesquisa discute a comercialização das galinhas caipiras e o desenvolvimento comunitário, a partir da implantação do projeto Socioambiental de Criação de Galinhas Caipiras, na Associação Comunitária de Maribondo, Candéal e Maxixe, formada por agricultores familiares, que se localiza na Comunidade rural de Maribondo, situado no Município de Muritiba, no Território do Recôncavo da Bahia, onde 20 famílias da comunidade foram beneficiadas com a instalação de 1 galinheiro em cada unidade de produção familiar. Evidencia-se que existe uma grande preocupação dos agricultores que estão inseridos no projeto, na forma de comercialização das galinhas caipiras, sendo assim foi feito um estudo de caso com objetivo de, apresentar os entraves enfrentados pelos agricultores na comercialização das aves. A investigação foi realizada por meio da pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos de coleta dos dados, questionário, entrevistas semi-estruturadas em que foram coletadas informações junto aos beneficiários, sendo necessárias nesse processo, visitas às propriedades rurais, e participações em reuniões da Associação. Os resultados demonstram que todos os entrevistados tem dificuldades na comercialização das aves, e mesmo enfrentando tais dificuldades, o projeto contribui para o desenvolvimento não só das famílias beneficiadas mais com o progresso de toda a comunidade, fortalecendo a agricultura na região.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Criação de Galinha Caipira, Desenvolvimento Comunitário.

ABSTRACT

This research discusses the commercialization of free-range hens and community development, starting with the implementation of the Socioambiental Project for the Creation of the free-range hens, with chicken coop and brooder, in the Community Association of Maribondo, Candéal and Maxixe, formed by family farmers, located in Rural communities of Maribondo, located in the Municipality of Muritiba, in the Territory of the Recôncavo da Bahia, where 20 families from the community benefited from the installation of 1 chicken coop in their family production unit. It is evidenced that there is a great concern for the farmers who are part of the project, in the form of commercialization of the free-range Hens, so a case study was done with the objective of presenting the obstacles faced by the farmers in the commercialization of the birds. The research was carried out through the qualitative research, having as instruments of information collection the questionnaire, semi-structured interviews in which information was collected with a certain public, being necessary in this process, visits to the rural properties, and participation in meetings of the Association. The results demonstrate that all the interviewees have difficulties in the commercialization of the birds, and even facing such difficulties, the project contributes to the development not only of the beneficiary families but also the progress of the whole community, strengthening the agriculture in the region.

Keywords: Chicken Farming, Community Development, Family Farming.

INDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1. Comunidade do Maribondo.	23
Figura 2. Sede da Associação Comunitária de Maribondo, Candéal e Maxixe.	24
Figura 3. O Território do Recôncavo da Bahia e a localização do município de Muritiba.	25
Figura 4. Público Beneficiário do subprojeto Socioambientais Bahia Produtiva.	26
Figura 5. Planta geral com indicação das medidas do galinheiro e dos piquetes.....	33
Figura 6. Planta baixa, área do galinheiro com 5 divisões.	34
Figura 7. Esquema da cerca dos piquetes.	35
Figura 8. Galinheiro pronto, rodeado com a cercas do piquete.	35
Figuras 9. Condições inadequada de produção, para condições adequadas.	37
Figura 10. Mutirão na construção do Galinheiro.	40

QUADRO

Quadro 1. Características da Agricultura Convencional para agroecológica.	21
Quadro 3. Processo de planejamento da coleta de dados.	28
Quadro 4. Calendário de Vacinação.	44

GRÁFICO

Gráfico 1. Principais atividades desenvolvidas pelos agricultores.	41
Gráfico 2. Fatores que dificultam a produção.	41
Gráfico 3. Produção média das galinhas.	43
Gráfico 4. Expectativa de produção.	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CAR: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

SDR: Secretaria de Desenvolvimento Rural

PDRS: Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável

GPS: Sistema de Posicionamento Global

MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil

CNPJ: Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

ACR: Agente Comunitário Rural

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DAP: Declaração de Aptidão ao Pronaf

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	14
2.1 OBJETIVO GERAL	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	15
3.1 ASSOCIATIVISMO: FORTALECIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	15
3.2 CRIAÇÃO DE GALINHAS CAPIRAS E SUAS CARACTERÍSTICAS	17
3.3 AS DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	19
3.4 PROJETO SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO RURAL COMUNITÁRIO	21
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA	23
4.1 DEMONSTRAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO “O <i>LOCUS</i> ” DA PESQUISA.....	24
4.2 O SUBPROJETO SOCIOAMBIENTAL BAHIA PRODUTIVA	26
4.3 ESCOLHA PELO ESTUDO DE CASO	27
4.4 PROCESSO DE COLETAS DE DADOS	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARIBONDO CANDEAL E MAXIXE	29
5.2 O PROJETO CRIAÇÃO DE GALINHAS CAPIRA E SUAS ESPECIFICAÇÕES ...	30
5.3 O GALINHEIRO	33
5.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO.....	35
5.5 OS BENEFÍCIOS E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO	36
5.5.1 O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.....	37

5.5.2 O AGENTE COMUNITARIO RURAL – ACR	38
5.5.3 MUTIRÃO NA COSTRUÇÃO DOS GALINHEIROS.....	39
5.6 RESULTADOS OBTIDOS NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO (ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA).....	40
5.6.2 DISCUTINDO A PROBLEMATICA DA COMERCIALIZAÇÃO	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXOS	51
Anexo 1. Questionário aplicado aos agricultores	51
Anexo 2. Resumo dos Investimentos	52

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, é baseada na associação entre trabalho familiar, produção e sustentabilidade, com isso é necessário destacar que o trabalho no campo, é a principal fonte de renda possibilitando à manutenção das famílias no meio rural em condições favoráveis.

A agricultura familiar tem conquistado espaços tanto na academia, quanto nas ações de políticas públicas, mas tem enfrentado inúmeras dificuldades, seja na metodologia de organização social interna, bem como, nos aspectos que envolvem produção, desde a assessoria técnica continuada, melhorias na capacitação e na gestão, acesso às tecnologias adequadas ao sistema de produção, como também acesso ao mercado e a políticas públicas, dentre outros.

Nesse sentido, o associativismo pode melhorar a vida e o trabalho dos agricultores familiares, pois, através das associações rurais é possível, além do fortalecimento social, aumenta a capacidade produtiva e viabilizar as atividades econômicas, permitindo aos agricultores familiares sua participação no mercado com melhor desempenho, gargalos estes que vêm sendo enfrentados pela agricultura familiar, ao longo do tempo.

Assim são necessários políticas públicas que desenvolvam práticas com agricultores fortalecendo a agricultura familiar, no que se refere ao desenvolvimento do meio rural, tendo em vista a inclusão socioprodutiva, promoção de segurança alimentar e incremento de renda com bases nos princípios da Agroecologia.

Um das atividades que eleva o padrão econômico da agricultura familiar, melhorando a qualidade de vida e aumentando a diversificação da produção é a criação de galinhas caipira, onde as aves são criadas em sistemas mais naturais, não requerendo grandes estruturas ou cuidados para sua criação, contribuindo de modo importante para a segurança alimentar e geração de renda das famílias que as criam e consomem, principalmente os agricultores familiares.

Segundo Barbosa et al., (2004) a criação de galinhas em manejo caipira diminui os danos ao meio ambiente, se adequando com facilidade a cada ecossistema onde é implantado, seja com relação às suas instalações e equipamentos, na forma de alimentar, ou medicar as aves. Justamente porque a mesma pode ser tratada de forma que se utilize racionalmente os recursos naturais renováveis, o que incontestavelmente a torna agroecologicamente correta.

Percebe-se que criação caipira de galinhas em comunidades rurais representa um grande potencial como componente para estruturar o desenvolvimento local (FRAXE et al., 2007), além de preencher um nicho de mercado com produtos originados de um sistema alternativo de produção e com isso atender aos consumidores com uma alimentação mais natural, além de oferecer as famílias que criam uma fonte alternativa de renda.

Dessa forma existe uma grande preocupação nos canais de vendas dos produtos da agricultura familiar, pois de forma geral os agricultores tem dificuldades na busca de mercado, na capacidade de planejamento e fragilidade na gestão somados aos problemas na comercialização dos seus produtos.

Sendo assim, foi realizado um trabalho para apresentar os entraves enfrentados pelos agricultores na comercialização das galinhas caipiras do Projeto Bahia Produtiva na Associação Comunitária Maribondo-Candéal-Maxixe, sendo uma contribuição acadêmica científica informativa e instrutiva na geração de novos estudos. Como também dar um retorno para os agricultores, como forma de estímulo, mostrando caminhos para contornar as dificuldades encontradas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Apresentar as dificuldades da comercialização das galinhas caipiras do subprojeto Socioambiental de Criação de Galinha Caipira na Associação Comunitária Maribondo-Candéal-Maxixe no município de Muritiba – BA.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar o município de Muritiba – BA e a Associação Comunitária de Maribondo, Candéal e Maxixe ao longo de sua criação.
- Mostrar os benefícios e as vantagens que a associação comunitária oferece para o fortalecimento da agricultura familiar.
- Apresentar as especificações do subprojeto socioambiental de produção de galinha Caipira.

- Compreender as principais dificuldades enfrentadas por agricultores na comercialização das galinhas caipiras.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 ASSOCIATIVISMO: FORTALECIMENTO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Lüchmann et al. (2018) informam que, segundo dados históricos, as corporações de ofício na Idade Média foram organizações de profissionais tidas como predecessoras do associativismo atual. Esse modelo se mostrou como exemplo de uma sociedade solidária por mais de 150 anos, que se fundamentou no trabalho coletivo, sendo que neste modelo, o bem-estar do indivíduo e da família acabam se sobrepondo ao interesse econômico da produção.

Hoje, o termo associativismo relaciona-se ao exercício da associação de entidades autônomas. A gestão desse processo visa à lucratividade de todos na conquista de interesses e objetivos únicos. De acordo com Alves et al. (2011), o associativismo é originado a partir de iniciativa que busca representar interesses de um grupo, cujo objetivo é o desenvolvimento de negócios, que podem ser profissionais ou sociais, pretendendo ainda proteger direitos. A ação associativa como organização busca otimizar recursos existentes e melhorar resultados. Sob esse enfoque, é válido afirmar que o associativismo procura priorizar os interesses do homem, que então é visto como fim e não como meio. Por isso, uma relação entre empresas estabelecida nesses moldes representa uma sociedade de finalidades únicas e interesses comuns.

Segundo Gregolin et al. (2018), o associativismo pode ser visto por dois prismas distintos em função da construção histórica: vertical e horizontal. No primeiro, em que remonta ao início do conceito, predominam relações assimétricas de hierarquia e dependência, desconfiança, normas não transparentes, espírito de facção, isolamento, etc. Uma associação dessa natureza, portanto, obstrui a ação coletiva.

Já o associativismo horizontal, defendido e praticado hoje, em consonância ao que explica Lüchmann et al (2018), se distingue por congregar relações de igualdade, é fruto da confiança, de normas e de redes de solidariedade, é indutor de relações cívicas virtuosas, conduz a um elevado grau de engajamento cívico e auto-organização e, por conseguinte,

provê melhores condições para a reconciliação entre estabilidade política e bom desempenho socioeconômico.

De acordo com Ferreira (1999), por um lado, o movimento associativo no país está marcado pelo início ligado a conteúdo religioso, porém, há partes da representação corporativa de vários setores da sociedade que começaram a ser esboçadas. Nestes casos, fica clara a não existência de uma identidade plural de tais movimentos, nem tampouco a autonomia perante o Estado. É possível observar um grande crescimento do associativismo no Brasil nos últimos anos.

Assim, Sangalli et al. (2015) apontam para a importância do associativismo em determinados segmentos da economia, destacando a agricultura familiar um dos principais. No âmbito do espaço de negócios e interações desse ambiente, a ideia de associativismo evoluiu e conquistou um espaço próprio. Atualmente, tendo em vista ambientes de negócios altamente competitivos, para a agricultura familiar as capacitações nascidas nos associativismos são essenciais e necessitam de gestão para tal.

Na verdade, a associação deve contar com perfis de organizações não só reativas, mas principalmente flexíveis e inovadoras. Os melhores parceiros suprem habilidades complementares, conhecimento técnico, bem como outras competências que, de diversos modos, podem auxiliar cada um na maximização de seu resultado final conclui Sangalli et al (2015).

Portanto, a gestão desse processo requer habilidade e consciência de que, ao somar forças e recursos, o poder de resultados deve ser maior. Por meio do associativismo na agricultura familiar é possível, segundo Schneider (2017), superar lacunas e preencher espaços importantes onde um não revele força. Nesse caso, funciona melhor quando cada associado reconhece que não pode evoluir tanto sem a ajuda quanto o aporte de recursos do outro, ou quando deseja uma abordagem revolucionária ou pretenda iniciar um novo empreendimento.

Alves et al. (2011) esclarecem que a agricultura familiar concorre em cenários de acirradas disputas com a agricultura patronal. A problemática se agrava ao se levar em conta a ausência de incentivos e apoios governamentais. Por essa razão, o associativismo vem crescendo como meio de organização e sustentabilidade para os produtores agrícolas familiares. Superar desafios, embates, concorrências e demais outras dificuldades nesse modelo de negócios potencializa o segmento.

Gregolin et al. (2018), por sua vez, alertam sobre a questão da gestão no caso do associativismo para as organizações de agricultura familiar. Para eles, é necessário difundir entre os membros a verdadeira importância do compartilhamento organizado. Não se trata de ajuda mútua, mas sim a estruturação, forma de serviços e atividades que se complementem e gerem resultados coletivos e individuais. Para os autores a gestão, nesse caso, detém complexidade sobretudo no que se refere ao entendimento de uniformidade em consenso de interesses, que inicialmente, são diversos, além de alinhar as respectivas expectativas as práticas e políticas de produção.

Sangalli et al. (2015) entendem o cenário como associativismo rural, com a integração de atividades que assegurem a permanência e crescimento dos produtores em determinada região. Por meio das diretrizes associativista, a participação de todos se torna estratégica para o sustento e estabilidade da agricultura familiar.

3.2 CRIAÇÃO DE GALINHAS CAIPIRAS E SUAS CARACTERÍSTICAS

Rodrigues et al. (2017) consideram que no âmbito da agroecologia, os agricultores familiares optam pela criação de pequenos animais, por se adequarem melhor às variações climáticas e naturais dos agroecossistemas.

Assim, quando se refere à avicultura caipira, Almeida et al. (2019) explicam que os sistemas produtivos são, em sua maioria, oriundos da agricultura familiar, que por sua vez se distingue pela busca dos desenvolvimentos econômico e ambiental de bases sustentáveis.

Os autores Almeida et al. (2019) explicam que as galinhas apresentam características compatíveis aos ambientes de menores recursos e que representam importante fonte de renda para o pequeno produtor. Entretanto, por falta de investimentos e tendo em vista a grande competitividade, as raças caipiras de criadouros caseiros enfrentam declínio, estando inclusive sujeitas ao desaparecimento nesses núcleos de produção familiar. Almeida et al. (2019) alertam para a necessidade de melhor investigar as potencialidades da galinha caipira com vistas a preservação genética. Esses mesmos autores citam um núcleo de pesquisa voltadas à conservação de aves nativas que possuem algumas espécies, mas que precisam ser mais conhecidas.

Clementino et al. (2007) informam que as galinhas rústicas apresentam cores de penas variadas, e seus portes variam entre 1,5 a 2 quilos. Estas têm o costume de ciscar durante todo o tempo, se criadas soltas. Nessa linha, Mendes et al. (2016) também sugere informam que as

galinhas caipiras precisam de atenção nas questões genética e de melhoramento. As aves da espécie *Gallus domesticus*, são da ordem galiformes e estão presentes em praticamente todo o mundo. No Brasil foram introduzidas na chegada dos descobridores.

Nascimento (2017) relata que devido ao manejo, a evolução da galinha caipira a tornou uma raça resistente e com boa adaptação ao solo e clima do país. A autora esclarece que quase 100% das atividades de agricultura familiar se valem da criação dessas aves como principal fonte de renda, para consumo próprio ou como complemento das finanças. Dada a resistência do animal, como sendo sua principal característica, sua criação depende de estrutura sem muita complexidade, sendo sua alimentação o mais natural possível, fugindo de padrões industriais de rações e melhoramentos.

São aves rústicas que enfrentam bem mudanças climáticas e têm grande resistência a doenças. Sousa et al. (2018) informam que são animais que precisam de estrutura produtiva de fácil composição, sem complexidade no manejo. As galinhas caipiras são classificadas com fins econômicos como poedeiras para produção de ovos e/ou carne para corte.

Volpi e Faria (2013) acrescentam que são aves com hábitos diurnos e seu ciclo circadiano é diretamente influenciado pela luminosidade. Em experiência realizada verificaram que mesmo introduzindo a luminosidade no ambiente noturno, as aves se alimentam de melhor forma durante o dia.

Bertoli (2018) explica que diferentemente das aves conhecidas como comerciais, as aves rústicas criadas soltas têm fácil manejo e mais opções de alimentação natural. A alimentação dessas aves é baseada em grãos, insetos e outros e sua produção de ovos é menor comparativamente às galinhas criadas comercialmente.

Clementino et al. (2007) após investigações sobre características das raças de galinhas caipiras concluíram que embora se verifique elevado nível de variabilidade genética o que compromete a definição precisa de dados fenotípicos, são aves que têm grande resistência a variação climática e resistem mais facilmente a doenças, são facilmente adaptáveis ao ambiente de criação. Podem ser usadas para melhoramentos genéticos, porém é fundamental a preservação de suas peculiaridades.

Sousa et al. (2018), por fim, recomendam a criação de galinhas caipiras juntamente a outra atividade agrícola, quando se trata de investimento familiar. Trata-se de cultura de fácil manejo em conjunto a demais atividades. A integração da criação de galinhas pode ser realizada em conjunto com outros serviços e tarefas referentes a fruticultura, por exemplo. Os

autores dizem que tanto os restos das outras culturas podem ser aproveitados para os alimentos das aves, como suas excretas podem servir como substratos para as culturas.

3.3 AS DIFICULDADES NA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

São muitas as diferenças produtivas entre a agricultura comercial e a familiar, ligadas a bases tecnológicas, apoios financeiros, capacitação de profissionais entre outras. Mas ainda assim, os agricultores familiares encontram meios adequados e satisfatórios para sua produção. No entanto, esses agricultores não desempenham da mesma forma as atividades comerciais. Muitas vezes o agricultor familiar não sabe vender, não tem como conduzir o escoamento de sua produção, por questões de conhecimento, prática, logística, transporte etc. Carece, na maioria das vezes de subsídios para tais processos (SILVA et al, 2014).

Já Gregolin et al. (2018) dizem que são vários os desafios que a agricultura familiar precisa superar, em função de sua atuação mais rústica e natural, sem maquinários e equipamentos que podem melhor estruturar suas funções, mecanizando, por exemplo, o cultivo. Destaca também a ausência de mão de obra qualificada atuante em todas as fases da cadeia produtiva. A situação se torna mais séria ao se focar a falta de conhecimento para a comercialização da produção. Para os autores, a falta de gestão do negócio implica na venda informal sem avaliar custos e ganhos. Na maioria das vezes, o agricultor familiar não dispõe de tempo destinado a esse serviço e se vale de intermediários.

As dificuldades dos agricultores familiares na comercialização de seus produtos residem, principalmente, no ambiente de negócios que não é favorável, ao contrário se apresenta hostil dada a acirrada concorrência. Em função disso, por muitas vezes os agricultores escolhem a venda por atravessadores. Daí as cooperativas e associações se posicionarem como melhor forma de escoamento comercial dos produtos agrícolas oriundos de produtores familiares, explicam Abreu et al. (2016).

Abreu et al. (2016) ainda reforçam que a falta de visibilidade dos produtos orgânicos de produção natural dos agricultores familiares também dificulta a comercialização. A ideia de sustentabilidade ambiental, preservação de recursos, importância de gestão que preserve o meio ambiente ainda não conta com a total conscientização e mobilização de consumidores. Nesse caso, a agricultura familiar produz, em sua maioria, com recursos naturais sem inclusão de aditivos artificiais gerando produtos naturais agroecológicos. Esses produtos comparados

aos pares produzidos com fertilizantes e demais estimulantes pela agricultura patronal em algumas situações são menores, não apresentam atrativos artificiais. Daí, por vezes não ser valorizado pelos consumidores que ainda não entendem a distinção.

Ao abordar as dificuldades de comercialização de produtos da agricultura familiar observa a necessidade de melhor gestão de cooperativas e associações, na medida em que o entendimento e compartilhamento de informações se torna essencial. Da mesma forma, torna-se fundamental entender as fórmulas e cálculos de rateio para que os produtores se sintam atendidos. Ressalta o autor que há muita dificuldade na compreensão do trabalho coletivo com a venda em grupo, pois não há tradição nas políticas e práticas associativista (LANDINI 2015).

Landini, (2015) realizou pesquisa com agricultores familiares apurando que além das observações citadas, a falta de recursos para tratar da visibilidade do produto, como também uma maior cobertura pós-produção, entendida como trabalho de extensão rural devem auxiliar na melhora de resultados comerciais desses produtos.

Costa et al. (2012) esclarecem que a diversidade de produtos do agricultor familiar, de certa forma também traz dificuldades as estratégias para comercialização. Na verdade, a agricultura familiar geralmente é múltipla em itens, priorizando princípios da agroecologia o que resulta em diversificação produtiva. Essa variação não favorece a comercialização convencional regular do mesmo produto, comprometendo a fidelização de consumidores com a ausência contínua dos produtos no varejo alimentar.

Os autores Costa et al. (2012) ainda destacam que, além da dificuldade da regularidade produtiva, os padrões dos produtos da agricultura familiar ainda não são atrativos para o comércio, que ainda não valoriza os processos agroecológicos, sendo importante a maior divulgação e esclarecimento sobre o assunto. Soma-se a questão o cunho perecível de alguns produtos que exige circuitos curtos para a venda.

Os canais de distribuição e escoamento para venda dos produtos da agricultura familiar depende, por vezes de feiras orgânicas e agroecológicas. Os meios de vendas ainda incluem permuta entre produtores, repasse para intermediários, o que não contribui à firmiação de renda regular para o produtor. A ausência de divulgação dos produtos, a falta de estratégias de marketing são outros quesitos, apontados por Costa et al. (2012), como dificuldade na regularidade da venda.

3.4 PROJETO SOCIOAMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO RURAL COMUNITÁRIO

Iniciativas como o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), se encaixam dentro do grupo de projetos socioambientais que tratam da agricultura familiar e concentra-se nos princípios da Educação Ambiental visando o estabelecimento de práticas sustentáveis na agricultura familiar. Seus principais objetivos são (BRASIL, 2019):

- Introduzir as bases da sustentabilidade no desenvolvimento rural;
- Ajudar na formalização e regularização de processos e operações da agricultura familiar;
- Contribuir para preparação e capacitação de profissionais do campo no âmbito da produção familiar
- Atuar e difundir a agroecologia.

Sob esse viés, Silva et al. (2014) abordam projetos socioambientais estruturados com o apoio da organização não governamental, Instituto Sociedade, População e Natureza. Os autores assinalam o sistema de preparação para projetos socioambientais em bases comunitárias. Com foco em agroecologia, fazem inicialmente a distinção entre a agricultura convencional e a agroecológica (Quadro 1).

Quadro 1. Características dos modelos de Agricultura Convencional e Agroecológico.

Modelo Convencional	Modelo Agroecológico
Exploração de natureza e das pessoas visando o lucro.	Convivência harmônica com a natureza e as pessoas.
Lógica industrial.	Agricultura com forma de vida.
Competição e imediatismo.	Cooperação e autonomia.
Maximização e imediatismo.	Otimização e respeito aos ritmos da natureza.
Latifúndio, concentração de terras e renda.	Pequenas propriedades, justiça social.
Muitos produtos voltados para o mercado e a maior parte para exploração.	Relação direta entre agricultor e consumidor, produtos para alimentar a população local.
Concentração dos produtos e distribuição a longas distancias.	Produtos são comercializados próximos de onde são produzidos.
Utilização de agrotóxicos e degradação ambiental.	Preocupação com a saúde das pessoas e da natureza.

Fonte: (Silva et al, 2014, p. 46).

Assim, reconhecendo as principais diferenças entre os produtos, os projetos socioambientais incentivados a partir do estudo de Silva et al. (2014) indicam que as organizações de base comunitária dependem de postura empreendedora. Mesmo possuindo competências necessárias à produção não detêm a mesma capacidade no âmbito comercial. A tradição desse segmento está concentrada na subsistência, e apenas alguns produtos são colocados a venda nas próprias regiões produtivas, sendo o excedente do consumo da família produtora.

Ainda assim Silva et al. (2014) cita que projetos socioambientais, visam estruturar não apenas o manejo, mas também a questão da sustentabilidade econômica. Assim, buscam o desenvolvimento de agriculturas familiares mediante estratégias de organizações comunitárias e associativismo, em que o modelo de gestão tenha como base o reconhecimento dos parceiros sobre suas importâncias e suas necessidades, garantindo a administração coerente dos processos.

Observa-se, desse modo, que nesses projetos a capacidade de aprender deve representar competência fundamental em cada organização associada, bem como o desenvolvimento de um perfil de flexibilidade, onde cada um esteja disposto a alterar sua rotina. Dessa forma, a gestão dos limites e fronteiras deve ser firme, preservando aspectos internos de cada um dos associados, porém, ajustando os processos de interesse comum conforme ressalta Silva et al. (2014).

Desse modo, Mendes et al. (2016) ressalta que os projetos socioambientais devem apontar para a gestão das alianças respeitando as respectivas fronteiras com uma estrutura servindo de diretriz para todos os processos. A estrutura considera, basicamente, os seguintes pontos: evitar soluções generalizadas, buscando a resposta e o procedimento adequado a cada caso; concentrar a atenção em questões realmente existentes, garantido o foco total na realidade; desenvolver critérios para medir conquistas e sucessos; ser compatível com os sistemas já existentes, visando à gestão integrada; ser acessível e de fácil entendimento, buscando fazer parte do dia-a-dia de cada agricultor.

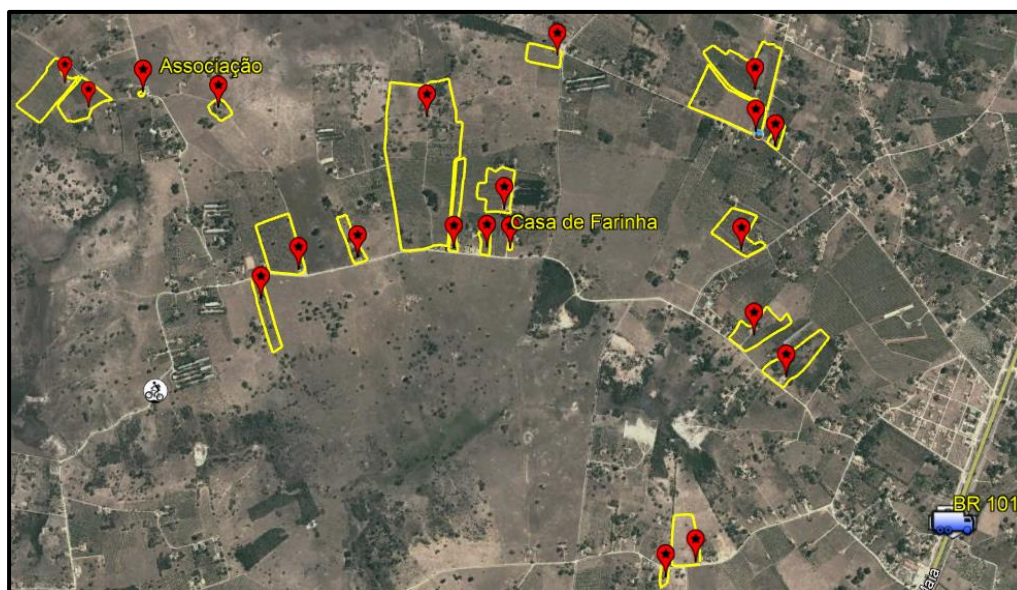
Sob o enfoque de projetos referentes à produção de galinhas caipiras, Mendes et al. (2016) alertam para a necessidade de estudos para melhoramentos genéticos que não alterem o modo produtivo, mas que melhor assegurem resultados. Bertoli (2018), também discute a necessidade de maior instrução e orientação a produtores de modo que se valham positivamente de seus recursos, como é o caso da alimentação natural na produção de galinhas caipiras poedeiras. O autor ainda cita o Programa de Avicultura Familiar denominado PAF,

que busca a sustentabilidade produtiva e de venda com bases do programa estão concentradas em treinamento para manejo produtivo, procedimentos sanitários, composição de alimentos, bem como a associação de produtores.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Na presente pesquisa foi feito um estudo de caso na Associação Comunitária de Maribondo, Candéal e Maxixe, no Município Muritiba – BA, localizado no Território do Recôncavo da Bahia. O diagnóstico foi feito de abril a junho de 2019, para observar o desenvolvimento e as principais dificuldades encontrada pelo os agricultores na comercialização das galinhas caipiras do Projeto Bahia Produtiva. A investigação foi realizada por meio da pesquisa qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de informação: o questionário, entrevistas semi-estruturadas em que foram coletadas informações junto a um determinado público de vinte pessoas, tendo como sujeitos da ação agricultores e agricultoras familiares, para coleta de dados e levantamento das informações foram realizadas, desde o início da ideia do estudo até sua elaboração, vinte visitas nas unidades de produção familiar dos agricultores que fica na comunidade de Maribondo (figura 1) e uma reunião com os beneficiários do projeto na sede da Associação (figura 2).

Figura 1. Comunidade do Maribondo, mapeamento da extensão do projeto



Fonte: Própria, (2019).

Figura 2. Sede da Associação Comunitária de Maribondo, Candéal e Maxixe.



Fonte: Própria, (2019).

4.1 DEMONSTRAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO “O *LOCUS*” DA PESQUISA

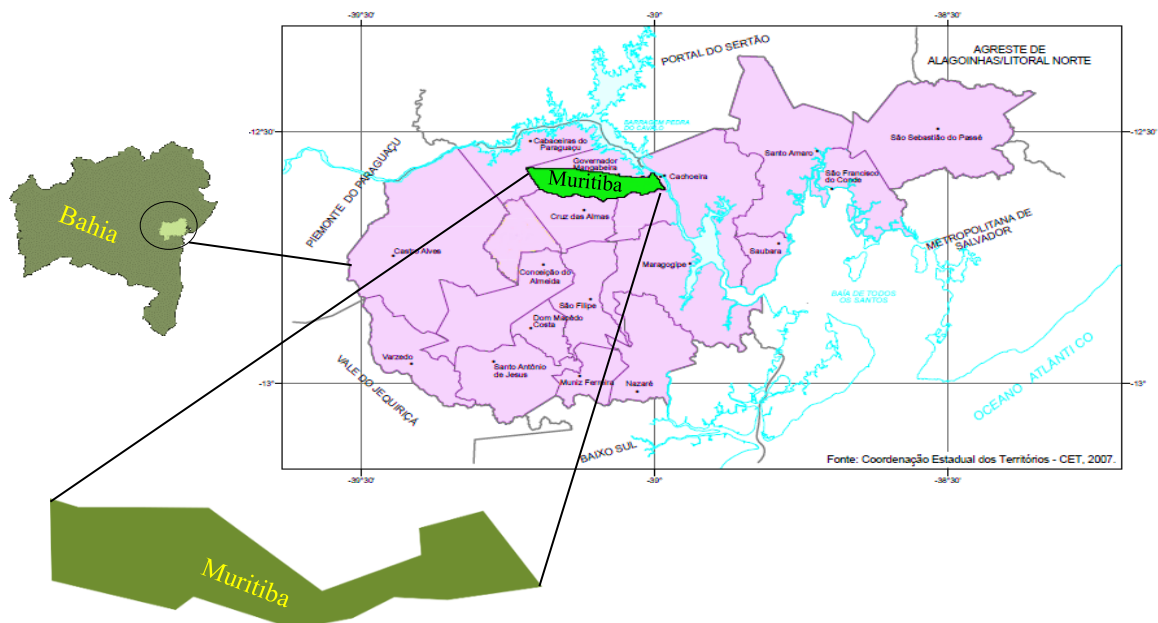
A pesquisa aconteceu no Município de Muritiba, situado no Recôncavo da Bahia, a aproximadamente 123 km da capital baiana. Possui uma área territorial de 86,311 km² e população estimativa de 29.387 habitantes em 2018, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2018). O município está localizado na Zona Fisiográfica do recôncavo, entre as coordenadas geográficas de 12° 37'35” de latitude Sul e 38°59'24” de longitude Oeste de Greenwich, a uma altitude de 208 m em relação ao nível do mar. Muritiba tem proximidade com o Rio Paraguaçu e limita-se com os Municípios de Cachoeira, a leste; Cruz das Almas e São Félix, ao Sul; Cabaceiras do Paraguaçu, a Oeste e Governador mangabeira, ao Norte, (Figura 3).

A origem do município segundo informações do IBGE, em meados de 1559 com a vinda de exploradores e jesuítas da Companhia de Jesus, que avançaram nas regiões de Cachoeira e São Félix. Posteriormente, ao subirem a serra às margens do Rio Paraguaçu, fundaram um templo e um convento dando origem ao povoado de Muritiba, que passou à categoria de Vila em 8 de agosto de 1919, mediante Lei 1.349 proferida pelo então Governador da Bahia, Antonio Muniz Sodré de Aragão. Três anos depois, no dia 3 de agosto de 1922, no mandato do Governador José Joaquim Seabra, elevou-se à categoria de cidade.

De acordo com o livro *História e Estrela de Muritiba* (1941), do muritibano Anfilofio de Castro, o nome teve origem por causa da existência abundante, naquela época, de uma palmeira chamada Boritiba, espécie encontrada desde o Pará até São Paulo, conhecida por buritizeiro, muriti, muruti e pissandó. Redundando na corruptela Moritiba e Muritiba.

O estudo ocorreu especificamente no distrito de São José do Itaporã na comunidade rural de Maribondo que possuem cerca 90 famílias, e tem como fonte de renda atividades agrícolas praticadas pelos agricultores familiares em suas propriedades com destaque para a cultura da mandioca, amendoim, citros e criação de galinhas caipiras. Nesta comunidade está a Associação Comunitária de Maribondo, Candeal e Maxixe, foi fundada no dia 25 de março de 1997, com o objetivo de reunir esforços para reivindicar melhoria em sua atividade e comunidade, melhorar a qualidade de vida e participar do desenvolvimento de sua região. Segundo a fonte da Associação (presidente e tesoureiro) atualmente conta com 112 associados, e abrange as comunidades de Maribondo, Candeal e Maxixe. Além de fortalecer as iniciativas produtivas e comerciais, a associação reuni as pessoas, para alcançar os interesses dos sócios e necessidades relacionados com a vida da comunidade como: cursos, oficinas, palestras, assessoria, seminários e acesso as políticas públicas.

Figura 3. O Território do Recôncavo da Bahia e a localização do município de Muritiba.



Fonte: SEI (2012).

4.2 O SUBPROJETO SOCIOAMBIENTAL BAHIA PRODUTIVA

Visando a melhoria das condições de vida da população rural do Estado da Bahia, com o foco na segurança alimentar e nutricional, na diversificação das fontes de renda e qualificação da gestão dos recursos naturais em áreas de produção familiar ou economia solidária. A Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, do estado da Bahia, a partir de acordo de empréstimo firmado entre o Estado e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), por meio Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS, cria o (Bahia Produtiva) que financia (sem reembolso) subprojetos socioambiental de inclusão socioprodutiva e de abastecimento de água e saneamento domiciliar, de interesse e necessidades das comunidades de baixa renda da Bahia (SDR/CAR, 2016).

Os subprojetos são para vários públicos (Figura 4) e tem como objetivo apoiar iniciativas de melhorar o manejo dos recursos naturais nas áreas de produção agrícola e pecuária, a recuperação de áreas degradadas, incentivar outras formas de produção e beneficiamento em bases agroecológicas e apoiar as iniciativas de comércio justo e solidariedade econômica, fortalecer a capacidade das associações comunitárias/organizações de produtores para elaborar e implementar e gerir os subprojetos, além de garantir a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.

Figura 4. Público Beneficiário do subprojeto Socioambientais Bahia Produtiva.



Fonte: CAR, (2019).

Pensando em trazer melhorias e desenvolvimento para os agricultores familiares da comunidade e oferecer a eles o suporte necessário para a diversificação da sua produção e alcançar um desempenho produtivo e econômico pela adoção de tecnologias de fácil acesso e pautadas nos princípios da agroecologia e do bem-estar animal, a Associação fez uma

manifestação de interesse e foi beneficiada com o Projeto de Inclusão Socioambiental Criação de Galinhas Caipiras (com galinheiros e chocadeira) para 20 famílias.

Esse projeto de Criação de Galinhas Caipiras visa promover formas de organizar e melhorar os sistemas tradicionais de produção, utilizando-se de práticas ajustadas às vivências das comunidades rurais e da agricultura familiar garantindo uma melhor qualidade na produção de aves e ovos, sem a utilização de métodos artificiais e não naturais, tanto no manejo, de uma forma geral, quanto na alimentação do plantel em particular. Além de produzir um incremento na renda das famílias beneficiárias visa também, fornece uma alimentação nutritiva e saudável pelo consumo de proteína mais equilibrada e de baixo custo (SDR/CAR, 2016).

4.3 ESCOLHA PELO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi utilizado por reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre o fenômeno estudado levando em conta a compreensão da dinâmica do contexto real de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento, possibilitando evidenciar a realidade do problema, revelando pontos de vista não mencionados antes em pesquisas semelhantes, o que proporciona este a se configurar como inédita.

Conformes bases bibliográficas “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (Yin 2005, p. 32). Portanto, por meio do estudo de caso o que se pretende é investigar, dado fenômeno existente na comunidade rural.

4.4 PROCESSO DE COLETAS DE DADOS

A coleta das informações referentes ao estudo abrangeu o período de março a junho de 2019 e foi uma pesquisa participante, pois o pesquisador desenvolveu as atividades junto aos membros da associação e beneficiários do projeto Bahia Produtiva.

Os dados coletados tiveram caráter social e econômico, sendo necessárias nesse processo, visitas às propriedades rurais, entrevistas, e participações nas reuniões da Associação.

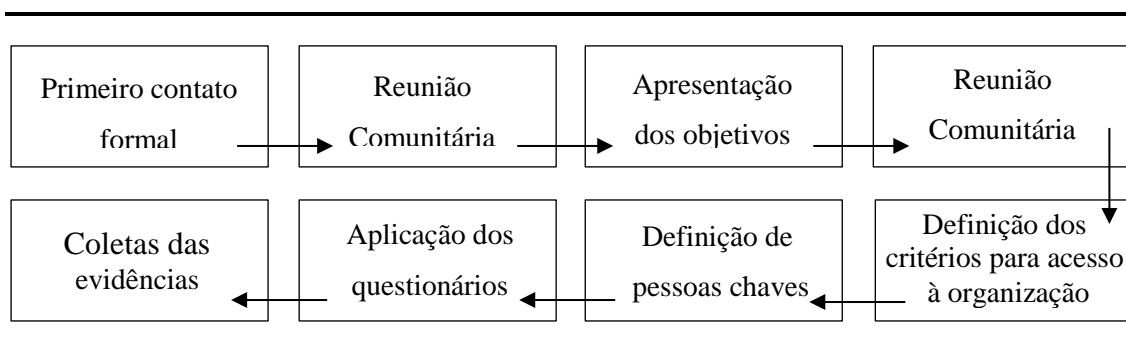
Para tanto, inicialmente foi realizada uma pesquisa por meio de levantamentos bibliográficos em literatura que contemplasse informações sobre o objeto de estudo, como

forma de auxiliar na análise das informações obtidos em campo, assim como, subsidiar na confecção dos questionários.

Posteriormente a pesquisa prévia a respeito da região de estudo, este trabalho, teve como principal meio de obtenção de dados, reuniões comunitárias, leitura documental, de modo a oferecer métodos, ferramentas e técnicas que possibilitassem a análise criteriosa da atual pesquisa; além da aplicação de questionários direcionados as agricultoras rurais e um mapeamento da comunidade com o auxílio do Sistema de Posicionamento Global – GPS para as possíveis visitas *in loco* nas unidades familiares dos beneficiários.

Para fazer a condução correta da pesquisa, o pesquisador construiu um planejamento operacional, que consistiu em oito etapas (quadro 2).

Quadro 2. Processo de planejamento da coleta de dados.



Fonte: Própria, (2019).

1. Contato formal com a associação a fim de obter a autorização para realização do estudo;
2. Reunião Comunitária, para conhecer os beneficiários e identificar a realidade produtiva de cada um;
3. Explicação dos objetivos do estudo para os sócios e beneficiários do projeto;
4. Reunião comunitária para coletar informações sobre o andamento do projeto e as dificuldades enfrentadas e benefícios que o projeto trouxe para a comunidade;
5. Definição de critérios para acesso à associação e aos documentos, quais são confidenciais e quais podem ser divulgados e utilizados;
6. Definição das pessoas a serem entrevistadas;
7. Aplicação dos questionários;
8. Coleta das evidências.

As informações foram obtidas a partir das entrevistas semi-estruturadas (anexo 1) e concretizada durante um período de três meses, onde foram coletadas informações relevantes

das condições de produção e comercialização das galinhas caipiras criadas pelos agricultores familiares beneficiados pelo projeto criação de galinhas caipiras, dentre as informações obtidas havia: fatores que dificultam a produção; número de animais consumidos; número de animais vendidos; local de comercialização; dificuldades encontrada na comercialização; está satisfeito com o local de comercialização; etc.

No andamento do estudo também foi realizada uma entrevista não estruturada (diálogo) com os beneficiários do projeto e diretoria executiva da associação, ocasião onde foi divulgado pelos entrevistados os principais problemas enfrentados na execução do projeto, e os benefícios que o projeto trouxe para o desenvolvimento da comunidade.

Para complementação do estudo foram realizadas visitas nas unidades de produção das famílias beneficiadas para a verificação do manejo produtivo, manejo sanitário e o manejo alimentar das galinhas caipiras, bem como a estrutura dos galinheiros construído na unidade familiar dos beneficiários.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As metodologias utilizadas na pesquisa promoveram o diálogo e a construção coletiva do conhecimento junto aos membros da Associação e beneficiários do projeto Bahia Produtiva.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MARIBONDO CANDEAL E MAXIXE

Desde sua criação a associação promove iniciativas produtivas e comerciais na comunidade, buscando o desenvolvimento local e melhoria na qualidade de vida dos agricultores através de cursos de capacitação, oficinas e assistência técnica para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura no município.

A sede da associação é um prédio escolar, que estava desativado, e através de mobilização dos sócios, conseguiu junto a prefeitura do município uma concessão de direito real de uso deste bem público, desde então todas as atividades da associação são realizadas neste espaço. Os associados apresentam atualmente uma elevada taxa de inadimplência; quanto as reuniões, a diretoria se reúne com frequência e sempre que necessário são feitas reuniões com os sócios e beneficiários do projeto, mas a ausência nas reuniões é grande. As decisões são sempre tomadas em assembleias e com aprovação da maioria, mas eles relatam que atualmente está tendo problema na participação societária pela busca dos direitos comuns

como também na organização para executar atividades coletivas os sócios não estão se agregando em associações, para a defesa de seus interesses.

No que diz respeito aos documentos, tais como as fichas de inscrição e documentos ligados a associação ficam guardados devidamente separados e identificados, ata de posse da nova diretoria se encontra regular, o estatuto precisa ser atualizado conforme exigência da lei 13.019/2014, conhecida como o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC. As certidões negativas encontram-se atualizadas e nada consta como débito ou irregularidade registrados no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, da associação.

Ao longo da sua trajetória de luta em busca de melhorias e desenvolvimento para a comunidade a associação vem acessando as políticas públicas, através das quais já conseguiu a instalação de uma casa de farinha que é utilizada por todos os agricultores da comunidade para fazer o beneficiamento da produção da mandioca; um trator com todos os implementos agrícolas que é utilizado no preparo do solo para as plantações, e recentemente foi contemplada com um subprojeto socioambiental de criação de galinha caipira, onde 20 famílias da comunidade receberam materiais e equipamentos, com recurso não reembolsável para instalação de um galinheiro para criação de galinha caipira.

5.2 O PROJETO CRIAÇÃO DE GALINHAS CAIPIRA E SUAS ESPECIFICAÇÕES

Os Subprojetos Socioambientais com a finalidade de dar apoio técnico e financeiro, não reembolsável, visam promover iniciativas para melhorar o manejo dos recursos naturais nas áreas de produção agrícola e pecuária, diversificar as atividades agrícolas das famílias que estão à margem do processo vertical de produção, garantindo e apoiando um assessoramento e uma assistência técnica mais frequentes, intensivos e de melhor qualidade, voltada para fortalecimento da agricultura familiar, e desenvolvimento das atividades agrícolas como um todo, com adoção de tecnologia de fácil acesso e pautada nos princípios da agroecologia (CAR, 2019).

O subprojeto de criação de galinhas caipira com galinheiro e chocadeira tem como público beneficiário 20 famílias de agricultores familiares que vivem na comunidade rural de Maribondo município de Muritiba – BA, que foram beneficiados com instalação de um galinheiro em sua unidade de produção familiar. As condições para implantação do subprojeto foram:

- 1 - Disposição das famílias envolvidas para adotar as técnicas difundidas para a criação de galinha caipira;
- 2 - Disponibilidade de uma área com 1.600 m² sendo 32 m² para a construção do galinheiro e 1.568 m² para instalação dos piquetes;
- 3 - Ter uma área bem drenada protegida de encharcamento, ou corredeiras de água de chuvas, mau cheiro e distante de barulhos, de preferência áreas distantes de estradas e passagem movimentada;
- 4 - Sede da associação, com estrutura física energizada, para abrigar a chocadeira e a máquina forrageira;
- 5 - Disponibilidade de água potável nas proximidades, para o consumo do plantel;

Conforme as variáveis analisadas a execução do subprojeto é de responsabilidade da entidade/associação conveniada, e a SDR/CAR (2016), orientou para a realização das seguintes etapas:

Seleção e orientação inicial das famílias: Selecionar famílias que vivem na comunidade para serem contempladas com o subprojeto; onde elas recebem uma capacitação para o manejo de criação de galinha caipira, ministrado por um especialista que passa todas as orientações do subprojeto;

Aquisição do material de construção: Adquirir todos os materiais através de processo licitatório promovido pela entidade;

Construção do galinheiro: Construir um galinheiro demonstrativo durante um treinamento e os demais deverão ser construídos pelos agricultores, organizados em mutirão;

Seleção das galinhas e dos galos: Selecionar aves já existentes no plantel do agricultor, recomendando-se que seja sadia, boas poedeiras e de bom tamanho;

Vacinação das aves: Vacinar todo plantel, essa vacinação será realizada durante um treinamento em serviços;

Aquisição dos insumos, equipamentos e galos reprodutores: Adquirir e distribuir todo material de consumo como vacinas e ração (para os cinco primeiros meses), e os equipamentos individuais (bebedouro, comedouro, máquina forrageira e chocadeira) e os galos;

Produção da ração: Produzir a ração utilizando recursos disponíveis na própria unidade produtiva de cada agricultor: milho, mandioca, hortaliças, gramíneas e restos de culturas. Adquirir no mercado somente os farelos e a mistura mineral;

Capacitação dos técnicos: Capacitar agentes comunitários para a difusão de tecnologias social para produção de galinhas caipira de forma integrada ao meio ambiente, contemplando, a organização e a busca de alternativas de vendas da produção;

Acompanhamento técnico: Selecionar um agente comunitário na comunidade para apoiar todas as atividades do subprojeto, com supervisão e apoio de técnicos da CAR e da prestadora da equipe de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER);

Criação do Comitê de acompanhamento: Escolher em reunião da associação, com registro em ata, pelo menos três pessoas da comunidade, para acompanhar e fiscalizar o subprojeto;

Constituição de um fundo de reserva: Estimular as discussões junto aos agricultores sobre a necessidade de reposição dos investimentos quando do seu desgaste natural pelo uso, a fim de se evitar que o processo produtivo em curso sofra descontinuidade;

Comercialização da produção: Comercializar, sempre que possível apoiada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e pelos programas municípios de aquisição da produção oriunda da agricultura familiar, ou ainda contar com mercado local convencional;

Controle da produção: Definir pela Associação e os agentes de assistência técnica, os instrumentos de controle necessários ao bom acompanhamento do processo.

O projeto veio com uma perspectiva agroecológica, por que estimulou a conservação dos recursos genéticos, que são específicos de cada agro-ecossistema, cujos animais matrizes (galos e galinhas) utilizados no sistema de criação foram escolhidas dentre as aves já existentes no plantel do próprio agricultor, adotando um sistema de manejo semi-extensivo com a instalação de galinheiro e piquetes que separam as aves por categoria de idade e melhoram as condições higiênico-sanitárias do plantel.

Além disso, com a implantação do projeto há um o aproveitamento de materiais oriundos da atividade agrícola da própria propriedade e dos seus restos culturais, na alimentação das aves e também há um aumento quantitativo da oferta de adubo orgânico, sob a forma de esterco de aves que são destinada à integração das atividades agroecológicas e a diversificação das atividades na unidade produtiva do beneficiário, contribuindo a diminuição

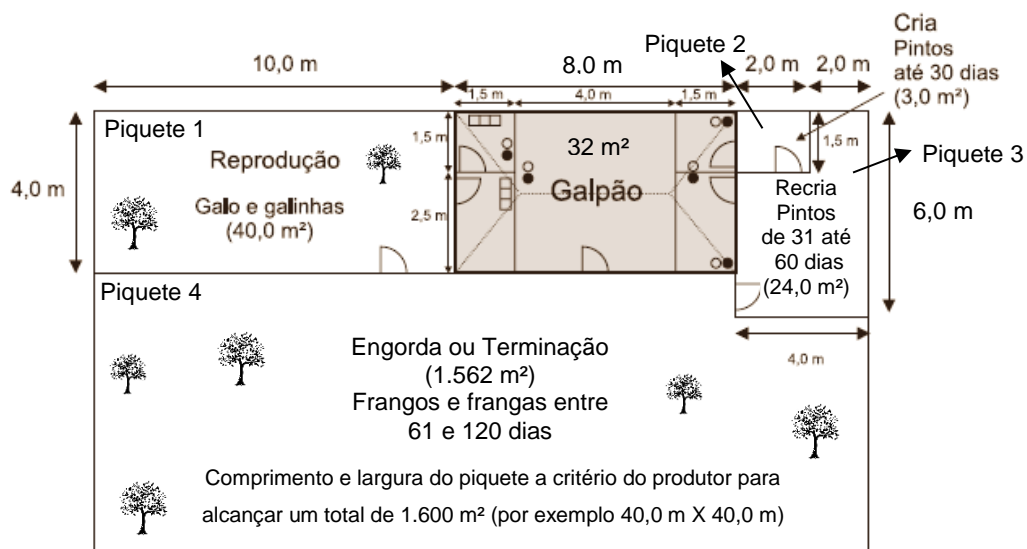
dos custos de produção e complementando a renda monetária e a segurança alimentar da família, com oferta de ovos e frangos para o seu autoconsumo.

Portanto, o subprojeto de criação de galinha caipira que tem como referência o trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA Meio Norte¹ se baseia nos princípios da agroecologia, oferecendo assim uma alternativa de produção integrada e sustentável para a agricultura familiar.

5.3 O GALINHEIRO

O galinheiro foi construído em forma de mutirões realizado pelos beneficiários do projeto, o modelo do galinheiro completo, no qual o agricultor desenvolve as práticas de manejo em todas as fases de criação das aves (cria, recria, engorda e reprodução), tem uma área total de 1.600 metros quadrados, (figura 5), dessa área, 32 m² são destinados ao galinheiro coberto equipado com poleiro, bebedouro e comedouro; e 1.562 m² destinado a piquetes onde crescem plantas nativas ou cultivada, de preferência frutíferas ou outras árvores de interesse do agricultor e que não produza material tóxico para as aves.

Figura 5. Planta geral com indicação das medidas do galinheiro e dos piquetes.



Fonte – (Robério dos Santos Sobreira, 2007, p.12), adaptado pelo autor.

¹ Embrapa Meio –Norte, sediada em Teresina, no Piauí, é uma Unidade Descentralizada da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, pertencente à categoria de Centro Eco Regional de Pesquisa Agropecuária e Florestal. Está localizado, na Zona norte da capital piauiense, a 10 quilômetros do centro, e funciona numa área de 400 hectares, na Av. Duque de Caxias, nº 5.650, Bairro Buenos Aires Caixa Postal: 001, CEP: 64006-220 – Teresina – PI | Fone: (86) 3198-0500 | Fax: (86) 3198-0530.

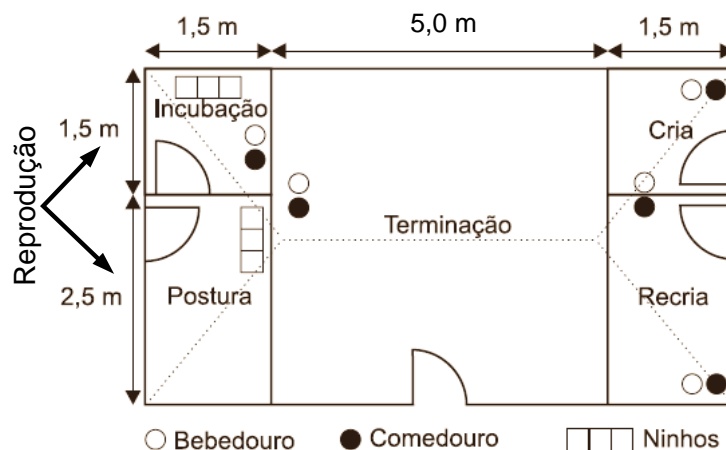
Por tanto o galinheiro possui uma cobertura com 4 águas, e cumeeira no sentido nascente -poente, com cinco divisões: incubação, postura, cria, recria e terminação ou engorda. A área de reprodução possui seis metros quadrados, dividida em zona de postura (3,75 m²) e zona de incubação (2,25 m²), com capacidade para abrigar treze aves reprodutoras, sendo 1 macho e 12 fêmeas. As aves também tem acesso a um piquete com área de 40 metros quadrados, composto de arborização nativa ou exótica (figura 5 a 6).

As áreas destinadas à cria e recria localizam-se no lado oposto à área de reprodução. A área de cria tem 2,25 m² e possui capacidade de abrigar 60 a 70 pintos, com idade variada entre 1 e 30 dias, nela está disponível uma fonte de calor que abriga os pintos recém-nascidos durante a primeira semana de vida.

A área de recria tem a função de abrigar os pintos vindos da fase de cria, ou seja, com 31 a 60 dias de idade, compreende 3,75 m². Nessa fase, os pintos tem livre acesso a um piquete arborizado, com 20,00 m² (figura 5 a 6).

No centro do galinheiro, com 20,0 m², área destinada à fase de engorda ou terminação, encontra-se as aves na fase de terminação, com 61 a 120 dias, área com capacidade de abrigar 278 aves, porém, esse número pode ser ampliado para cerca de 310 cabeças dependendo do manejo reprodutivo. Nessa área, estão disponíveis bebedouros, comedouros e poleiros, tendo as aves livre acesso a um piquete arborizado, com área 1.562 m² (figura 5 a 6).

Figura 6. Planta baixa do galinheiro com cinco divisões.

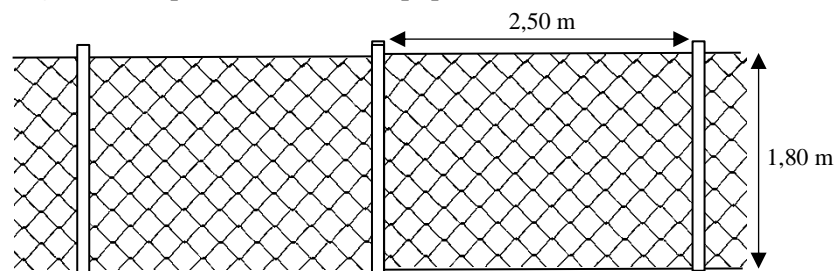


Fonte: (Robério dos Santos Sobreira, 2007, p.12), adaptado pelo autor.

As cercas dos piquetes possuem 1,80 metro de altura, feitas com tela de arame galvanizada, estacas de eucalipto com espaçamento de 2,50 m de uma para outra, (figura 7), oferecendo proteção contra possíveis predadores, e segurança às aves.

Além do galinheiro os beneficiários receberam equipamentos de uso coletivos que foram: a) Uma chocadeira automática com capacidade para no mínimo 480 ovos que reduziu o ciclo reprodutivo das matrizes, b) Um triturador forrageiro com motor elétrico utilizado para triturar milho mandioca e forragem, entre outros, afim incentivar que o agricultor produza a ração das aves. Como as aves são animais não ruminantes, exigem que os alimentos contenham poucas fibras e seja fornecida de forma balanceada e devidamente triturados a fim de facilitar a digestão. Tanto a chocadeira quanto o triturador têm uso comunitário, e foram instalados em uma área de domínio da associação.

Figura 7. Esquema da cerca dos piquetes.



Fonte – Própria, (2019).

Figura 8. Galinheiro pronto, rodeado com a cercas do piquete.



Fonte – Própria, (2019).

5.4 DIFICULDADES ENCONTRADAS NA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Diante as informações obtidas em reunião com os beneficiários do projeto alguns problemas e dificuldades foram citadas como: houve uma demorar para iniciar a obra, o

convênio para construção dos galinheiros foi assinado em outubro de 2016 mas a construção só iniciou em fevereiro de 2018, e isso dificultou a compra dos materiais já que o valor destinado para isso era referente ao orçamento feito pela CAR em 2016, e o repasse do recurso financeiro foi feito no início de 2018, momento em que os materiais já estavam com um preço elevado, resultando na compra de matérias de menor qualidade pela associação.

Outro problema citado foi que o diretor de obra contratado para acompanhar a obra, não estava desempenhando sua função, por esse motivo um galinheiro foi construído de forma errado, causando transtorno para a associação, que teve que desmontar o galinheiro e construir novamente conforme a planta disponibilizada pela CAR. Para isso a associação teve que desembolsar recursos financeiros próprios para a compra de materiais e construção do galinheiro.

Também foi citado pelos agricultores beneficiários dificuldades na comercialização das aves e os ovos. Diante dessa problemática eles acabavam vendendo sua produção a atravessadores que desvalorizam a produção, pagando um preço baixo, que na maioria dos casos, não cobre os custos de produção.

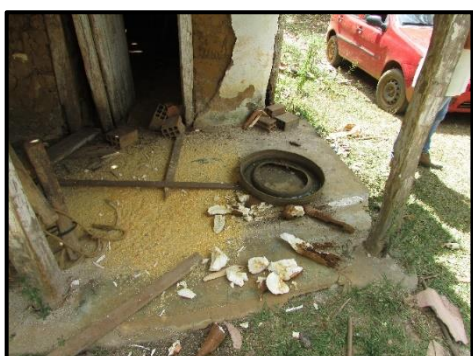
5.5 OS BENEFÍCIOS E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO

Diante dos relatos vivenciados com os agricultores beneficiários do projeto socioambiental de criação de galinha caipira, vale ressaltar que a implantação do projeto através da associação contribuiu para o desenvolvimento não só das famílias beneficiadas, mas também com o progresso de toda a comunidade melhorando a produção agrícola como um todo, cooperando na melhoria da qualidade de vida e erradicação da exclusão social.

O projeto, além de promover formas de organizar melhor os sistemas tradicionais de produção, utilizando-se de práticas adaptadas à realidade da comunidade e da agricultura familiar, garantiu uma melhor qualidade na produção de ovos e aves. Produção essa que é um meio de geração de renda para as famílias beneficiadas, promove a inclusão econômica e social de mulheres, jovens por que mudou a realidade das agricultoras, que deixaram de criar aves em condições e instalações inadequadas para condição adequada (figura 9), que resultou no aumento da produtividade e do bem-estar dos animais.

Ele ainda contempla a comunidade com a inserção do serviço Assistência Técnica de Extensão Rural - ATER, e oportuniza um jovem da comunidade para trabalhar na função de Agente Comunitário Rural – ACR.

Figuras 9. Condições inadequada de produção, para condições adequadas.



Fonte – Acervo da Associação, (2018-2019).

5.5.1 O SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Atualmente a carência de assistência recebidas pelas comunidades rurais é um grande empecilho na produção agrícola. Com a ausência da mesma há um declinar na estrutura produtiva, financeira e social dos agricultores.

Diante dessa problemática citada, considera-se que com a vinda do projeto para a comunidade os agricultores passaram a ter o acompanhamento do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Esse serviço levado ao homem do campo por intermédios dos extensionistas, proporcionou através de capacitações, oficinas, seminários e dias de campo, trazendo aos agricultores daquela comunidade melhores condições de vida, acesso a políticas públicas, além de melhorar significativamente a produção agrícola, com inserção de novas tecnologias sustentáveis com base na agroecologia, facilitando as atividades no campo.

A Assistência Técnica e a Extensão Rural contribuíram ativamente no que diz respeito aos processos de desenvolvimento local. Segundo o relato de um beneficiário do projeto “ o projeto Bahia produtiva foi uma conquista não só para nós que somos beneficiário, mas para toda comunidade, porque trouxe desenvolvimento e fortaleceu nossa agricultura com o assessoramento da ATER que agora é frequente, intensiva e de melhor qualidade, voltada para fomentar nossa agricultura como um todo, porque não atua somente da cadeia produtiva do projeto que é a criação de galinha, mais sim, com uma visão ampla de tudo que nós produzimos na propriedade, orientando, estimulando tanto no manejo da agricultura com da pecuária e o melhor sem usar veneno”.

Assistência técnica tem um papel fundamental para a permanência do homem e da mulher no meio rural, por desempenhar um papel educativo, com uso de metodologias participativas, agindo como animadores e facilitadores dos processos de desenvolvimento rural sustentável, privilegiando os valores internos da comunidade, resgatando e interagindo com os conhecimentos populares dos agricultores familiares que vivem e trabalham no campo no método de economia familiar.

Vale ressaltar que a presença da ATER na comunidade, está contribuindo para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção das famílias, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento local.

5.5.2 O AGENTE COMUNITARIO RURAL – ACR

O projeto visando a permanência dos jovens no campo e, valorizando a mão-de-obra local possibilitou a seleção, de um jovem da comunidade que foi contratado em regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que oferece um serviço de assessoramento Técnico comunitário, para as famílias beneficiadas. Este agente comunitário rural – ACR tem a função de apoiar as ações locais do Projeto Bahia Produtiva, atuar na condução dos problemas locais, na organização e gestão da associação, bem como ser comunicadores rurais, difusores de conhecimentos e replicadores das orientações adquiridos em capacitações nas unidades familiares.

O ACR remunerado pelo projeto, trabalha dando assistência as familiar, desenvolvendo de atividades individuais e coletivas orientadas e supervisionadas pela equipe da CAR, ATER e por profissionais contratados através de seleção pública para capacitar esse jovem.

O processo metodológico de intervenção desses jovens é baseado na gestão do empreendimento, na produção, no beneficiamento, em técnicas e ações que elevem a produção e a produtividade das famílias atendidas. Como medida de salva guarda ambiental, toda ação é voltada para a preservação dos bens naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade.

O ACR vem atuado na comunidade desenvolvendo atividades de organização e gestão da associação auxiliando os agricultores no manejo e conservação do solo e da água, manejo sanitário das aves, fazendo regularização ambiental nas propriedades, facilitando o acesso as políticas públicas para os agricultores(as).

Além disso ele vem atuando na mobilização e identificação os beneficiários/a; atendendo as demandas e solicitações da Equipe Multidisciplinar; realizando visitas regulares as propriedades dos beneficiários; multiplicando os conhecimentos adquiridos nas capacitações e atividades de campo; realizando e participar de reuniões comunitárias de diagnóstico e de planejamento; aplicando soluções sustentáveis aos sistemas de produção, sempre levando em consideração o saber local e cultural de sua comunidade; auxiliando no trabalho de prestação de conta físico-financeira da associação; fazendo visitas técnicas a outros empreendimentos com soluções exitosas ou a outras entidades afins que possam, de algum modo contribuir com a melhorias dos processos adotados no empreendimento; auxiliando nas aquisições (licitações) de materiais e equipamentos da associação; fazendo o arquivamento e a inserção de documentos e formulários. Todas atividades desenvolvidas pelo jovem são registradas através de formulários fornecido pela SDR/CAR e lançados em sistemas (softwares) indicados.

5.5.3 MUTIRÃO NA COSTRUÇÃO DOS GALINHEIROS

Outra dimensão positiva destacado pelos beneficiários foi a forma de execução da obra, na construção dos galinheiros que além de da oportunidade aos pedreiros da comunidade, a mão de obra de ajudante de pedreiro para construção do galinheiro e para construção das cercas dos piquetes aconteceu através de mutirões (figura 9) feitos pelos beneficiários, e eles destacaram que através dos mutirões a comunidade que não tem o costume de executar as atividades em grupos, difícil de fazer atividades coletivas, se uniu mais, a ajuda mútua e a reciprocidade dos beneficiários, pelos princípios da cooperação e da coletividade, fortaleceu o movimento e as relações interpessoais. O mutirão é gesto de amizade, uma forma atraente de cooperação para executar rapidamente um trabalho agrícola, consiste na reunião de vizinhos, convidados por um deles, para ajudá-lo, a executar

determinado trabalho: roçado, capina, construção, plantio, colheita, etc (CÂNDIDO, 2001, p. 92). Os vizinhos são convocados e os beneficiário lhes oferece alimento e almoço, que encerra o trabalho, mas não há remuneração direta de espécie alguma.

Figura 10. Mutirão na construção do Galinheiro



Fonte: Acervo da Associação, (2018).

5.6 RESULTADOS OBTIDOS NA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO (ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA)

Através da aplicação do questionário, entrevista semi-estruturada (anexo 1), foi possível fazer uma descrição e análise das informações obtidas sobre a comercialização e produção das galinhas caipiras, criadas pelos beneficiários do projeto Bahia Produtiva.

As entrevistas foram realizadas com vinte agricultores, sete foram do sexo masculino e treze do sexo feminino, no que diz respeito o perfil da família, todos entrevistados responderam ter origem da zona rural, onde vivem e tiram seu sustento.

Sobre o regime de utilização da área onde eles moram e utilizam para produzir todos entrevistados responderam ser trabalhador rural, moram com toda família na propriedade, sendo proprietário da terra e utilizam a propriedade na exploração de atividades agro econômica, em caráter permanente.

Conforme o (gráfico 1) dos vinte agricultores entrevistados onze deles têm a agricultura e pecuária como principais atividades presentes em sua unidade de produção. Ou seja, tanto o cultivo de plantas, como mandioca, limão, laranja, milho, amendoim, com

diversos fins, como também a criação e de animais, geralmente gado, galinhas, porcos com fins lucrativos, são a base da fonte de renda dessas famílias.

Cinco deles consideram a agricultura como principal atividade, com a plantação de hortaliças, mandioca, limão, laranja e milho, porém também tem a criação de galinha, para complementar a renda. E apenas quatro agricultores tem a criação de porcos, galinhas caipira, ovelhas, cabras e vacas como principal atividade desempenhada em uma unidade de produção familiar. Para a pergunta sobre os fatores que dificultam a produção das aves conforme o (gráfico 2), nove agricultores disseram ter algum tipo de dificuldade na produção das galinhas caipiras, sendo que seis declaram incidência de que doenças comuns as aves como uma dificuldade enfrentada.

Gráfico 1 - Principal atividade. (nº de agricultores).

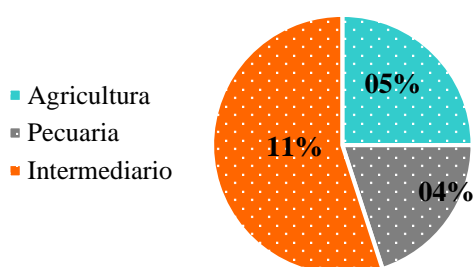
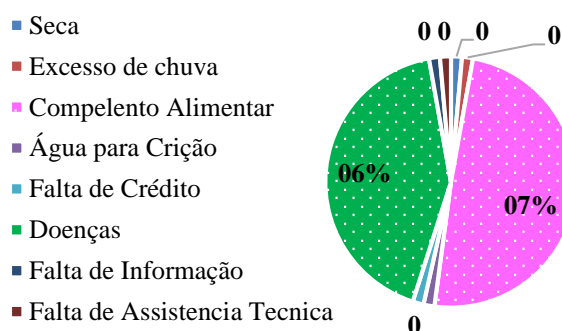


Gráfico 2. Fatores que dificultam a produção.



Fonte: Própria, Maribondo, Zona rural de Muritiba – BA, 2019

Pode-se destacar que as doenças citadas foram a **Bouba Aviária** conhecida como caroço, em virtude dos nódulos que se formam na face, crista, barbelas e outras partes expostas das aves; e a **Coccidiose** conhecida como peito seco, causada por protozoários, que ao penetrar na mucosa intestinal das aves, causa lesões que podem levar à morte, deixando as galinhas tristes, sonolentas, de asas caídas, explica a EMBRAPA, Meio Norte, (2018). Por isso é importante de seguir corretamente o calendário de vacinação (quadro 4), para o controle das principais doenças que possa acometer o plantel, afim de evitar perdas na produção.

Sete entrevistados disseram que as vezes falta complemento alimentar de fonte minerais (calcário calcítico, farinha de ossos calcinada) e fontes de micronutrientes (mistura de minerais e vitaminas, (premix), dificultando e causando queda na produção das aves.

Quadro 3. Calendário de Vacinação:

Idade (Dias)	Vacina	Forma de Aplicação
1	Marek e Bouba Suave	Uma gota no olho.
7 – 10	New Castle, Gumboro e Bronquite	Uma gota no olho.
20	Bouba Forte	Mergulhar o estilete na vacina e perfurar a membrana da asa.
35	New Castle, Gumboro e Bronquite	Uma gota no ou na água de beber.
45 – 60	Bouba Forte	Mergulhar o estilete na vacina e perfurar a membrana da asa.
45-60	Coriza	Aplicar 0,5 cc no músculo do peito.

Fonte: EMPARN, (2005).

Em relação a produção e comercialização das galinhas caipiras, conforme o (gráfico 3) o total de galinhas que cada agricultor tinha em seu galinheiro, obteve-se uma média de 145 galinhas, quando perguntado a quantidade de aves consumidas os entrevistado declararam consumir em média 8 aves no mês, e vender em média 17 aves, no valor médio de R\$ 28,00.

Pelo estudo ainda foi possível diagnosticar que todos os agricultores entrevistados tem dificuldades na comercialização das galinhas caipiras.

Quando perguntado qual local de comercialização a maioria disseram vender as aves para atravessadores que aproveitam-se da desorganização dos pequenos agricultores rurais, que fazem a venda de forma individual, para pegar seus produtos a um preço extremamente baixo, e revendê-los ao atacado ou varejo a preços elevados, determinados pelo próprio atravessador. Apenas dois agricultores declararam que as vezes levam as galinhas para vender na feira, e que neste local o produto é valorizado e o preço pago é justo, mas que o fator logístico faz com que eles não levem sempre, e quando não levam, também vendem a atravessadores.

Em relação ao preço pago pelas galinhas os agricultores falaram que os atravessadores pagam um preço muito baixo que as vezes não cobrem os custos de produção, declarando que o preço pago não é justo.

Quanto ao fator logístico para escoamento da produção todos os entrevistados confessaram atrapalhar no processo de vendas da produção, eles declararam que se tivessem

transporte para levar as aves e ovos, para serem comercializados nas feiras das cidades circunvizinhas, o produto seria valorizado e o preço de venda seria justo, justo porque eles iam vender diretamente ao consumidor final.

Conforme o (gráfico 4), sobre as expectativas futuras de aumentar ou diminuir a produção das aves, onze agricultores falaram que pretendem aumentar a produção afim de aumentar a renda, oito declararam continuar na mesma quantidade por que ainda tem dificuldades para vender, dois agricultores disseram diminuir a produção, alegando ter dificuldades na venda. Nenhum deles soube responder qual custo de produção, mas declararam que apesar das dificuldades na comercialização, a renda da criação de galinha caipira é satisfatória.

Gráfico 3. Produção média das galinhas.

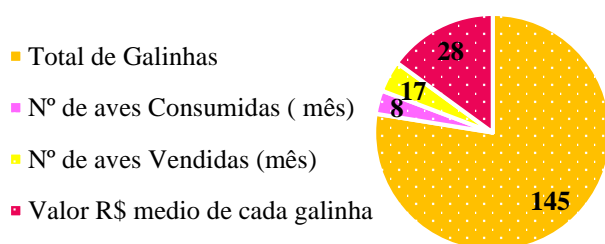
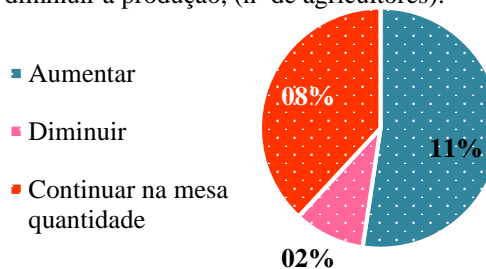


Gráfico 4. Expectativa Aumentar ou diminuir a produção, (n° de agricultores).



Fonte: Própria, Maribondo, Zona rural de Muritiba – BA, 2019

5.6.2 DISCUTINDO A PROBLEMATICA DA COMERCIALIZAÇÃO

As informações coletadas conforme relatos dos agricultores, mostra que no início o projeto sempre prometeu acesso ao mercado, a viabilização da venda da produção das galinhas e ovos para o mercado consumidor, mas isso não se cumpriu, e conforme os resultados acima, a comercialização e, a falta de mercado corroborada com a intervenção dos atravessadores é o principal gargalo dos agricultores.

Neste sentido, busca-se apresentar fatores que podem auxiliar no processo de comercialização, entre estes encontra-se as políticas públicas que permitem a utilização de canais para o escoamento da produção agrícola familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Criados para combater a pobreza e a miséria no campo.

Estas são políticas pública desenvolvida para incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar (BRASIL/MDS, 2003).

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, compra produtos alimentícios de agricultores familiares, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais, os produtos são destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social, e a entidades da rede socioassistencial como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de doação de alimentos e cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos, promovendo segurança alimentar e nutricional, além da inclusão social e econômica no campo, (BRASIL/MDS, 2011).

O PNAE é um programa de incentivo à agricultura familiar que determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, para compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor rural ou de suas organizações, para alimentação escolar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, comunidades rurais, tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL/MDA, 2009).

Para o agricultor fornecer produtos ao Programa, ele deve ser enquadrado como agricultor familiar, cadastrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo identificado por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Tanto o PAA quanto o PNAE são políticas públicas importantes de acesso ao mercado que permite aos agricultores familiares comercializarem seus produtos sem a interferência do atravessador.

Mesmo com essas políticas de acesso ao mercado ainda há dificuldades por esses agricultores acessarem esses programas de compra institucional, isso por que os produtos de origem animal como: animais destinados à matança e seus produtos e subprodutos como ovos e seus derivados, necessitam de concessão sanitária, para serem comercializadas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA tem a responsabilidade de avaliar sanitariamente esses produtos. Eles podem ser inspecionados por uma das seguintes instâncias: Serviço de Inspeção Municipal – SIM (permite a comercialização em âmbito municipal); Serviço de Inspeção Estadual – SIE (permite a

comercialização em âmbito estadual); e Serviço de Inspeção Federal – SIF permite a comercialização em todo território nacional, (FNDE, Brasília, 2016).

Impedindo que os agricultores familiares vendam seus produtos de origem animal para o PAA e PNAE do município, isso por que Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, do município de Murutiba-BA, que é responsável pela inspeção e fiscalização da produção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, não possui o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, impedindo que as agricultoras e agricultores vendem para esses programas.

Existe outros canais de comercialização que as agricultoras devem se organizar através do associativismo para escoar sua produção como por exemplo as feiras das cidades circo vizinhas onde o produto é vendido para o consumidor final com um preço justo, dessa forma eles precisam se organizar em grupos para ter o poder de barganha com o carreto, pagando um preço pequeno porque o valor do frete é dividido entre o grupo, para deslocamento de sua produção até as feiras. Com isso as agricultoras poderiam revezando cada semana iam 10 deles, dando a oportunidade de todos acessarem esse mercado.

Além das feiras existem também os mercados e casas de produtos naturais onde elas podem estar vendendo os ovos caipiras, através da associação fazendo uma embalagem, dando uma identidade e visibilidade ao produto produzido pelas agricultoras pertencente aquela associação/comunidade, colocar no mercado um produto diferenciado, com o selo de produzido pela agricultura familiar.

Diante disso, o associativismo tem um papel importante na formação de grupos para comercialização, fazendo com que os agricultores se organizem em busca de melhorar e solucionar problemas existentes, além fortalecer o poder de barganha, negociar preços de fretes para escoamento da produção, como também na participação em programas governamentais buscando por melhorias e interesses em comum de todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final constatou-se que o projeto trouxe um horizonte de crescimento tanto para os beneficiários, associação quanto para o desenvolvimento local, garantindo uma melhor qualidade na produção de aves e ovos. Porém a comercialização e a falta de mercado corroborada com a intervenção dos atravessadores e as dificuldades no escoamento da produção, ainda são os principais gargalos enfrentado pelos agricultores.

Ainda vale chamar a atenção que a maioria do público respondente desta pesquisa não possui ponto de comercialização; não estabelecem o preço de seus produtos; não tem contato como cliente final, tem dificuldades no escoamento da produção para as feiras, situações essa que dificulta na comercialização, e por não ter contato com o mercado eles não podem planejar sua produção.

Dessa forma, está associação necessita avançar em alguns aspectos tantos pelos sócios como pelos beneficiários, que apesar do quadro associativo, os agricultores não acreditam no trabalho cooperativo, organizativo, pois ainda trabalham de forma individual no que se refere ao manejo da produção, comercialização e luta por infraestrutura pública ligada ao município como transporte e trafegabilidade, que dificulta o escoamento da produção.

Portando entende-se que as informações presentes no estudo sirvam de reflexões para que a sociedade entenda um pouco mais sobre os problemas enfrentados pelos agricultores, e para orientar o poder público sobre as possíveis políticas públicas necessárias para o setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, K. G.; PAIVA, I. A. M.; BENEDITO, N. C.; DORNELAS, C. S. M. **As dificuldades de produtores rurais na comercialização de produtos agroecológicos no município de Sumé-PB.** Anais I Congresso Condis, Campina Grande, 2016.
- ALMEIDA, E. C. J.; CARNEIRO, P. L. S.; NUNES, L. A.; PEREIRA, A. H. R. et al. **Características físicas de ovos de galinhas nativas comparadas a linhagem de postura.** Archivos de zootecnia, v. 68, n. 261, p. 82-87, 2019.
- ALVES, V. O.; VIEIRA, N. S.; SILVA, T. C.; FERREIRA, P. R. **O Associativismo na Agricultura Familiar dos Estados da Bahia e Minas Gerais: potencialidades e desafios frente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Administração Pública e Gestão Social, v. 3, n. 1, p. 66-88, 2011.
- BERTOLI, M. A. **Galinha caipira: Avicultura familiar responsável.** Portal do Agronegócio. 2018. Disponível em: < <https://www.portaldoagronegocio.com.br/artigo/galinha-caipira-avicultura-familiar-responsavel>>. Acesso em: 06 abril. 2019.
- BIANCHI, V. R.; OLIVEIRA, S. C.; PINTO, L. B. **Caracterização socioeconômica dos produtores rurais e dos sistemas de produção agropecuários do município de Palmital/SP.** Revista Brasileira de Engenharia de Biosistemas, v. 12, n. 3, p. 268-285, 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF.** Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao/agendas-tematicas/item/8267.html>>. Acesso em: 8 março 2019.
- CLEMENTINO, C. de S.; MARTINS, D. M.; BRITTO, F. B.; BARBOSA, F. J. V.; LIMA, P. S. C.; DINIZ, F. M. **Variabilidade fenotípica e genotípica em galinhas caipiras (Gallus gallus domesticus): resultados preliminares.** Embrapa Meio-Norte-Circular Técnica (INFOTECA-E), 2007.
- COSTA, S. M. A. L.; NASCIMENTO, K. R.; RAPASSI, R. A.; TARSITANO, M. A. A.; SANTANA, S. M. **Comercialização dos produtos da agricultura familiar e o papel da**

feira como importante canal de distribuição. Anais V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais. São Paulo, UNIARA, ago.2012.

GREGOLIN, M. R.; GREGOLIN, G. C.; ZONIN, V. J.; ZONIN, W. J. **Análise das cooperativas de agricultores familiares atendidas pelo projeto de ATER" Mais Gestão" no estado do Paraná.** Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, v. 5, n. 10, p. 1-18, 2018.

LANDINI, F. P. **Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural.** Ciência Rural, Santa Maria, 2015.

LÜCHMANN, L. H. H.; ALMEIDA, C.; TABORDA, L. R. **Associativismo no Brasil contemporâneo: dimensões institucionais e individuais.** Política & Sociedade, v. 17, n. 40, p. 307-341, 2018.

MENDES, R. R.; LIMA, B.; CARDOSO, J. P. B.; CAMPELO, J. E. G.; CARVALHO, G. M. C.; ARAUJO, A. M. de **Características fenotípicas de galinhas caipiras (Gallus gallus domesticus) criadas no Maranhão.** In: Embrapa Meio-Norte-Artigo em anais de congresso (ALICE), Teresina, 2016.

NASCIMENTO, J. F. **A criação de galinhas caipiras pelas mulheres do tabuleiro de Muqueim–Areia-PB.** Monografia. Zootecnia. Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, 2017.

RODRIGUES, T. M. M.; FERNANDES, F. E. P.; FERNANDES, C. de S.; OSTERNO, J. J.; FARIAS, J. L. de S. **A autonomia como propriedade do agroecossistema para redesenhar subsistemas de criação animal: diagnóstico e proposta de desenvolvimento rural.** Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

SANGALLI, A. R.; SILVA, H. C. H.; SILVA, I. F.; SCHLINDWEIN, M. M. **Associativismo na agricultura familiar: contribuições para o estudo do desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, Dourados (MS), Brasil.** Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 17, n. 2, 2015.

SCHNEIDER, J. **O associativismo e a agricultura familiar: uma análise da Associação de Desenvolvimento Rural da Comunidade Distrito de Bela Vista. Três Passos-RS.** 2017.

SILVA, E. M. S.; PENEIREIRO, F. M.; STRABELI, J. **Guia de Elaboração de Pequenos Projetos Socioambientais para Organizações de Base Comunitária**. Brasília (DF), Instituto Sociedade, População e Natureza, 2014.

SOUSA, R. T.; JESUS, J. F. V.; SILVA, R. V. A.; LACERDA, D. C. O.; ARAUJO, A. E. **Avicultura caipira na construção do conhecimento agroecológico: um enfoque na juventude campesina da Zona da Mata e Agreste Paraibano**. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

VOLPI, T. A.; FARIA, D. M. **Comportamento alimentar de Gallus gallus domesticus (Galliforme, Phasianidae) expostos a diferentes fotoperíodos**. Natureza on line, nº 11, ed. 3, p 147-151, 2013.

CAR. **Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional**. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/projetos/bahia-produtiva>> Acesso em: 08 de abril de 2019, às 23:00.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 09 de abril de 2019, às 23:47.

Conheça a História de Muritiba. **Prefeitura Municipal de Muritiba**, Disponível em: <<http://www.muritiba.ba.gov.br/historia>>. Acesso em: 09 de abril de 2019, às 20:24.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História & Fotos de Muritiba**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/muritiba/historico> >. Acesso em: 21 de abril de 2019, às 09:19.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SEI, **Mapa de localização do Território do Recôncavo da Bahia**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/site/geoambientais/cartogramas/territorio_identidade/pdf/reconcao.pdf>. Acesso em 29 de março de 2019, às 19:27.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 14 de junho de 2019, às 19:17.

Sagrilo, E.; Vieira, F. J. B.; Araújo, R. B. N.; Sobreira, R. S. **COMEÇANDO** a criação. **ABC da Agricultura Familiar: Criação de Galinhas Caipiras**. 1ª edição. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2007.

CÂNDIDO, Antonio. (2001). **Os parceiros do Rio Bonito**: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9a. ed. São Paulo: Duas Cidades / Ed. 34.

Portal FNDE, **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. Disponível em:
<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-histo>. Acesso em: 14 de junho de 2019, às 19:53.

ANEXOS

Anexo 1. Questionário aplicado aos agricultores

Nº do questionário: __ Nome do entrevistador: _____ Data de aplicação: (/ /)

I – IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

1. Identificação das potenciais dificuldades na comercialização das Galinhas Caipiras do Projeto Bahia Produtiva
2. Nome da Comunidade: Maribondo
3. Município: Muritiba
4. Estado: Bahia

II – IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO(A)

1. Nome:	3. Idade:
2. Como é conhecido(a) na comunidade:	4. Genero: () M F ()

III – PERFIL DA FAMÍLIA

1. Origem:	2. Sobre o regime de utilização da área?	3. Qual sua atividade principal?	4. Reside na Propriedade ? 1. Sim 2. Não ()	6. Fatores que dificultam a produção.
1. Rural () 2. Urbana ()	1. Peq proprietário () 2. Trabalhador do imóvel desapropriado () 3. Parceiro () 4. Posseiro () 5. Assalariado () 6. Diarista () 7. Arrendatário () 8. Trabalhador rural () 9. Outros () _____	() Agricultura () Pecuária () Intermediário () _____	5. Quem? 1. Toda família 2. Proprietário(a) 3. Outros ()	() Seca () Excesso de chuva () Complemento Alimentar () água para criação () Falta de Crédito () Doenças () Falta Informação () Falta de assistência técnica

7. Tipo de Criação?	8. Total de animais?	9. N° de animais consumidos?	10. N° de animais vendidos?	11. Valor médio de cada animal? (Cabeça)
Galinha Caipira				

IV – PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS GALINHAS CAIPIRAS

V – Tem dificuldades na Comercialização?

VI – Local de Comercialização?

VII – Está satisfeito (a) com os canais de Comercialização?

VIII – O preço pago pela mercadoria é justo?

IX – O fator logístico, está prejudicando o escoamento da produção?

X – Qual sua expectativa futura? aumentar ou diminuir a produção ?

XI – Sabe qual o custo de produção?

XII – Levando em conta os custos de produção, a criação de galinhas caipira é rentável?

Anexo 2. Resumo dos Investimentos

VALOR DO SUBPROJETO	TOTAL ANO I
Investimentos Coletivos	4.535,00
Chocadeira	1.600,00
Triturador	1.200,00
Materiais elétricos (sede da Associação/Cooperativa)	1.000,00
Placa de Obras – Modelo CAR	735,00
Investimento nas Und. Produtivas	266.745,00
Aquisição 02 Galos Reprodutores de qualidade	2.000,00
Mat. Construção 20 Galinheiros	157.862,00
Equipamentos 20 Galinheiros	13.940,00
Vacinas, medicamentos, desinfetantes	2.000,00
Ração p/ rebanho das Und. Familiares	22.320,00
Transporte dos materiais	1.759,00
Mão-de-obra para Construção 20 Galinheiros – Financiada – (697,4 d/h XR\$ 40,00)	27.736,00
Mão-de-obra para Construção 20 Galinheiros – Contraparte – (978,2 d/h XR\$ 40,00)	39.128,00
TOTAL	271.280,00

Fonte: CAR/Bahia Produtiva, memória de cálculo do Projeto, jul. /2016